

Parte III
Economia da sustentabilidade

Gestão social e desenvolvimento local sustentável

Claudemir Ramos¹

Resumo

Este trabalho apresenta alguns aspectos sobre desenvolvimento local a partir de dados coletados junto ao projeto “Olhar Local” em Vargem Grande, região metropolitana do município de São Paulo. Para isso, procurou-se fazer: recuperação histórica da ocupação do bairro e formas de organização da população local; revisão da literatura sobre economia solidária e desenvolvimento regional sustentável; estudo socioeconômico da região de Parelheiros e sua comparação com outros bairros periféricos da região metropolitana; caracterização das atividades dos pequenos empreendedores locais e iniciativas de geração de trabalho e renda; caracterização dos usuários do posto de serviço do olhar local. O estudo de caso do projeto “Olhar Local” em Vargem Grande forneceu dados sobre perfil dos empreendedores; organização do empreendimento; mão de obra empregada; uso de tecnologias de informação/comunicação; equipamento e instalações. A análise dos dados indicou que os empreendimentos surgidos a partir da ocupação do local em 1988, em Vargem Grande, apresentam um conjunto de características comuns, apesar de sua diversidade. Observa-se a precariedade das formas de organização dos empreendimentos dos setores, principalmente dos grupos informais, como forma de organização, nas dimensões reduzidas dos empreendimentos e no tipo de infraestrutura: instalações provisórias com ocupação de locais cedidos por terceiros.

Palavras-chave: Gestão social; Economia solidária; Desenvolvimento local sustentável.

1 Centro de Pesquisas 28 de Agosto.

Abstract

This paper presents some aspects of local development collected by the project “Looking Local” in Vargem Grande metropolitan region of São Paulo. For this, we tried to do: historical recovery of the occupation of the neighborhood and forms of organization of the local population; literature review on solidarity and sustainable regional development economics; study socioeconomic Parelheiros the region and its comparison with other suburbs of the metropolitan area; characterization of the activities of small local entrepreneurs and generating jobs and income initiatives; characterization of the users of the service station site look. The case study of the project “Olhar Local” in Vargem Grande provided data on profile of entrepreneurs; organization of the enterprise; Hand employed work; use of information / communication technologies; equipment and facilities. Data analysis indicated that the developments arising from the local occupation in 1988 in Vargem Grande feature a set of common characteristics, despite their diversity. Note the precarious forms of organization of the enterprises of the sector, mainly from the informal groups as a form of organization, the small footprint of the projects and the type of infrastructure: temporary buildings with occupancy of sites assigned by third parties.

Keywords: Social management; Solidarity economy; Sustainable local development.

10.1 Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns aspectos sobre desenvolvimento local a partir de dados coletados junto ao projeto “Olhar Local” em Vargem Grande, região metropolitana do município de São Paulo, para o Centro de Pesquisas 28 de Agosto, desenvolvido conjuntamente pela Profa. Dra. Cecilia Carmen Pontes Rodrigues, pelo Prof. Dr. Jacob Carlos Lima e pelo Prof. Me. Claudemir Ramos.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo trabalha com o intuito de estimular o desenvolvimento regional sustentável de comunidades localizadas em bairros da periferia da cidade de São Paulo e para isso se vale dos movimentos da economia solidária.

Economia solidária é um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma associação e autogestão dos empreendimentos, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Esse conjunto de atividades se caracteriza pela cooperação e pela existência de interesses comuns entre os participantes, bem como a junção de esforços, capaci-

dades e qualificações dos integrantes, a propriedade coletiva dos bens e a partilha de seus resultados.

O caráter associativo surge nas formas de empresas cooperativas, associações comunitárias de produção, comercialização e consumo, clube de trocas, além de outras possibilidades. A autogestão visa à participação de todos na direção e coordenação das ações e, para isso, além de organizar empreendimentos econômicos viáveis, respeita aspectos culturais, ambientais e sociais das comunidades envolvidas.

A economia solidária pressupõe o desenvolvimento social integrado e sustentável, com geração de trabalho e renda para o bem-estar da pessoa e a atividade econômica. Isso envolve a melhoria de vida dos participantes, a manutenção dos compromissos com o meio ambiente, as relações com movimentos sociais e populares, como a preocupação e o respeito ao bem-estar e aos direitos dos trabalhadores e consumidores.

A primeira iniciativa proposta está voltada para o bairro de Vargem Grande, localizado na subprefeitura de Parelheiros, na região Sul da cidade de São Paulo. O objetivo do projeto é implantar um “Polo Piloto de Desenvolvimento Solidário”, em parceria com Banco do Brasil, com a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com entidades comunitárias para implementar operações de microfinanças articuladas à constituição e ao apoio de redes de empreendimentos organizados dentro da lógica da economia solidária. O envolvimento da população local possibilita mapear as iniciativas de geração de trabalho e renda, diagnosticar as potencialidades para o desenvolvimento local, identificar as demandas de produtos e serviços de micro finanças da comunidade de modo que os polos de Desenvolvimento Solidário e as ações neles realizadas estejam enraizados e ancorados na realidade e necessidades da comunidade.

10.2 Dos movimentos sociais à gestão social

Discutindo as ações coletivas dos moradores de periferias das grandes metrópoles brasileiras, nas últimas três décadas, Feltran (2010) destaca o caráter normativo de mediação do conflito entre esses atores e as instituições políticas vinculadas às transformações sociais e políticas do período. Entre elas, o fim do regime militar e a democratização, que inseriu, de forma subalterna, os movimentos sociais e a mudança do perfil da população dessas periferias.

Os primeiros movimentos sociais surgiram com a abertura política e marcou as grandes mobilizações operárias final dos anos 1970 até o início dos anos 1990 e marcaram um momento de expansão das periferias com a urbanização acelerada e a migração campo-cidade. O trabalho urbano industrial provocava grandes deslocamentos da população para as metrópoles, em um contexto no qual a in-

serção social se vinculava a uma perspectiva de emprego formal e melhora de vida representada pelo acesso aos direitos sociais garantidos pelo estado e vinculados às relações de trabalho. Tais movimentos sociais representaram a luta dessa população pela inserção social, pelos direitos de cidadania, contra a fome e a miséria.

Simultaneamente aos movimentos operários, surgiam movimentos voltados a questões específicas, como moradia, transportes, saúde e outras reivindicações fragmentadas que antes eram ignoradas pelo poder público. Segundo Sader (1988), eram movimentos fragmentados, mas articulados com novas formas de expressão que extrapolavam a questão da classe presente no movimento operário organizado no novo sindicalismo. Com elemento de coesão, a forte presença da Igreja Católica e de suas Comunidades Eclesiais de Base juntavam a prática cotidiana das lutas específicas às novas propostas de participação e atuação política. Esses movimentos se integravam à mobilização dos trabalhadores industriais com formas identitárias múltiplas, com desdobramentos políticos significativos, tal como a criação do Partido dos Trabalhadores com uma proposta nova frente aos partidos de esquerda tradicionais.

Todo esse período foi acompanhado de sucessivas crises econômicas com uma inflação violenta e forte instabilidade dos mercados e processos de reestruturação, que refletiam tendências do capitalismo mundial, mas que assumiram maior visibilidade na década de 1990.

No Brasil, o novo sindicalismo surge em um momento de crise dos sindicatos do ocidente, gerando a reestruturação econômica com consequências políticas que transformaram o mundo nas décadas seguintes. Tal reestruturação, gerada pelas transformações tecnológicas, resultaram no enxugamento das plantas industriais e no aumento da produtividade, com a extinção de postos de trabalho e o surgimento do chamado desemprego industrial estrutural.

As tecnologias de informação e de telecomunicações e os transportes possibilitaram o deslocamento de unidades produtivas, reduziram custos de produção e distribuição, além de desconcentrar a produção, nas formas de organização e mobilização dos trabalhadores. A busca por competitividade e redução de custos implicou o abortamento do processo de conquistas de direitos sociais, bem como a busca de novos espaços marcados pela inexistência de trabalho organizado. O foco voltado para a produção e a externalização de atividades produtivas em redes empresariais globais tornou a redução de custos em forma de competitividade. A abertura de mercados nacionais à produção global implicou igualmente desindustrialização de espaços produtivos, inserção de outros à nova lógica competitiva e uma profunda desorganização sindical, que mudou suas estratégias, passando da luta por maiores ganhos, melhores condições de vida e trabalho para estratégias defensivas de manutenção de empregos, com a crescente desregulamentação dos mercados de trabalho, informalização e precarização das relações de trabalho.

A mudança do papel do Estado da regulamentação das relações capital/trabalho foi outra consequência desse processo. Tanto essa atuação como o planejamento do desenvolvimento econômico-social passaram a ser considerados elementos de oneração da produção e da incapacidade do Estado em cumprir suas funções, que deveriam ser a criação de ambientes seguros para o investimento de capital. O mercado cuidaria do resto. Privatizações de empresas públicas, desmantelamento de setores produtivos agora desprotegidos da competição internacional, combate aos direitos sociais, vistos como empecilhos à competitividade deram a tônica dos anos 1990.

Nessa década, mudou o caráter dos movimentos sociais. Não que tivessem desaparecido ou se desmobilizado, ao contrário, a ausência do Estado agravou as demandas sociais por moradia, saúde, educação, setores fortemente privatizados, excluindo parcelas significativas da população.

O emprego industrial se reduziu radicalmente, assim como a possibilidade de inserção ou mesmo ascensão social pelo emprego formal, seguro e relativamente garantido. Cresceu a informalidade e formas precárias de inserção social. A falta de perspectiva frente a um modelo de desenvolvimento social e econômico que marcou as décadas anteriores e que politicamente apontavam para um horizonte de democracia social a partir da organização da classe operária ruiu com o muro de Berlim. A busca de novas alternativas frente a um capitalismo sem limites passou a incorporar novos elementos como o desenvolvimento local, a sustentabilidade econômica, social e ambiental, novas formas de gestão da produção, novas formas de solidariedade.

No caso das periferias urbanas, potencialmente explosivas, mas com formas de organização fragmentadas, Feltran (2010) caracteriza um segundo momento no percurso conflitante desses espaços sociais: a gestão social que caracterizará os programas sociais focalizados nos pobres, seja pelo Estado, seja por organizações não governamentais diversas. A constituição de 1988 favoreceu a participação popular em diversas instâncias e políticas públicas começaram a ser utilizadas, principalmente nas identificadas como “gestão participativa”, nas quais lideranças locais passaram a constituir conselhos consultivos ou outras formas representativas.

O crime organizado, o tráfico de drogas, se junta com a frustração dessas populações periféricas e assume visibilidade cada vez maior entre essas populações. A perda de uma ética do trabalho foi substituída pela distopia do ganho rápido, pela juventude dessas periferias, nas atividades do tráfico e o consumo imediato que isso possibilita. A violência torna-se fator de mediação. A mobilidade social prometida pelo emprego industrial é substituída por formas instáveis de ocupação com ou sem direitos no qual o futuro é incerto. O catolicismo libertador, terreno das comunidades de base, também é substituído pela ideologia da prosperida-

de do novo pentecostalismo, mais individualista, nos quais os projetos coletivos são secundarizados.

10.3 O desenvolvimento local e sustentável

O debate sobre desenvolvimento econômico e social remete aos anos 1950 nos documentos da CEPAL e, a partir daí, na implementação de políticas “desenvolvimentistas” na América Latina que tinham como objetivo a industrialização. Desenvolvimento e industrialização tornaram-se sinônimos, assim como o papel do Estado como planejador desse desenvolvimento. Nos anos 1960, governos militares pautaram o desenvolvimento econômico como pressuposto de desenvolvimento social; em uma sociedade excludente como a brasileira, isso significou uma polarização crescente entre ricos e pobres.

A crise do estado planejador introduziu a proposta de descentralização como elemento mais eficaz para o desenvolvimento nacional ou mesmo local. O estado centralizador de políticas seria ineficaz e corrupto, e a maior participação da sociedade na elaboração de políticas passou a ser considerado um modelo mais adequado aos novos tempos. A constituição de 1988 refletiu esse debate atendendo a dois senhores: pela direita, os defensores da retirada do Estado da economia e do planejamento, a descentralização como meta; pela esquerda, a maior participação popular e maior democratização com a maior responsabilização da sociedade, maior controle da sociedade sobre o estado.

Se o planejamento central se mostrou ineficaz no desenvolvimento social, o desenvolvimento local poderia ser mais eficaz mobilizando atores e recursos das comunidades na discussão de seus problemas e na proposição de soluções.

O debate sobre desenvolvimento local e sobre desenvolvimento sustentável se juntam, dada à constatação de um desenvolvimento ecologicamente responsável mediante degradação ambiental provocada pelo desenvolvimento industrial e exploração dos recursos naturais não renováveis. Desenvolvimento sustentável passou a considerar as gerações futuras, visando às políticas de médio e longo prazo para a sociedade, considerando estratégias ambientais, geopolíticas e sociais (SUGAHARA, 2010). Em um mundo globalizado, todas as políticas de desenvolvimento e exploração de recursos naturais afetam a todos, logo, esta tem que ser discutida nos fóruns internacionais.

Ao mesmo tempo em que falamos de global, temos que falar do local e, ao termo sociedade, recupera-se o conceito de comunidade, envolvendo atores, interesses e necessidades distintos em um mesmo território. Se em um primeiro momento a globalização foi entendida como fim do local, das fronteiras nacionais e da soberania dos Estados, ficou evidente que a situação não é tão simples assim. A integração espacial promovida pela economia global depende dos atores locais

e de como eles se organizam, e das alternativas ao desenvolvimento proposta pelos “de baixo”. Falar de desenvolvimento local e sustentável inclui não apenas o caráter local e ambiental da proposta, mas a sustentabilidade das atividades econômicas e sua viabilidade efetiva, que passa pelo mercado.

O mercado, antes percebido, em uma perspectiva de esquerda, como problema a ser superado pelo Estado que, em algumas situações, o substituiria, uma vez que teria responsabilidade pela desigualdade social capitalista, com fracasso das experiências socialistas, passou a ser repensado. Retoma-se o debate da sociologia econômica e a determinação social do mercado, presente em todas as sociedades e dada a necessidade de trocas materiais e simbólicas entre as populações. As trocas refletem relações sociais que podem ser de reciprocidade e solidariedade. Segundo Mauss (1988), o progresso das sociedades decorre da estabilização das trocas, do dar, receber e restituir.

Na precariedade das periferias, os laços de vizinhança podem se constituir em laços de solidariedade que se manifestam nas necessidades cotidianas, uma gestão solidária da pobreza (PAUGAM, 2003 apud DUQUE BRASIL, 2004).

Podemos entender, nessa ótica, o surgimento de propostas da gestão da pobreza, não apenas pelos atores envolvidos, mas também pelo Estado e por atores institucionais, como entidades não governamentais que passam a propor formas de desenvolvimento alternativas, tal como a economia solidária.

Surgido no contexto dos anos 1990, o debate sobre a economia solidária, entendida como forma de organização e produção economia autogerida pelos trabalhadores, na qual o trabalho teria o protagonismo frente ao capital, resultou de um conjunto de experiências de retomada de experiências comunitárias de trabalhadores e populações excluídas do mercado. Tornada política pública com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, tem origem em experiências diversas como a ocupação e gestão de fábricas em situação falimentar, na organização de cooperativas de catadores de resíduos recicláveis e fechamento de lixões a partir de políticas ambientais; na organização de populações excluídas de favelas para geração de renda; na proposição de bancos populares para pequenos empreendedores, em compras coletivas e consumo responsável; enfim, numa proposta de mudança paradigmática de organização da produção e consumo, uma alternativa ao capitalismo dentro do capitalismo, a formação de uma economia plural em uma tentativa de viabilizar mercado e formas solidárias de trocas.

10.4 A economia solidária como gestão da precariedade

As primeiras experiências de cogestão e autogestão surgiram no país com intuito de recuperar fábricas em situação falimentar decorrente da abertura do mercado brasileiro às importações de manufaturados, com o fim das políticas

estatais de protecionismo à indústria nacional. A crise pela falta de pagamento ao pessoal levou a greves e ocupações. Com o apoio de sindicalistas, experiências de recuperação dessas fábricas foram tentadas, culminando, em 1994, com a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), que passou a dar assessoria a essas fábricas e outras em situação similar.

Os resultados surgidos foram diferenciados, seja no engajamento à ANTEAG e aos princípios da autogestão, ou a uma inserção no mercado vinculada a sindicatos isolados, mas não necessariamente à Associação. Seus resultados apontaram as dificuldades das novas empresas se manterem no mercado, a existência, manutenção ou arrefecimento do ideal autogestionário, a captura da gestão por grupos operários, a manutenção de estruturas anteriores que mantiveram hierarquias e as dificuldades do dia a dia, a prática da terceirização etc. A ANTEAG passou a acompanhar diversas empresas nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Sergipe.

Em contraposição ao cooperativismo oficial da OCB, voltada, principalmente, a cooperativas agroindustriais com perspectiva de inserção ao mercado, sua proposta era a criação de um novo cooperativismo, recuperando as propostas originais dos pioneiros de Rochdale na Inglaterra, adaptado aos novos tempos.

A reestruturação do parque industrial nacional com a eliminação, desnacionalização ou reorganização dos diversos setores produtivos, o crescimento da terceirização industrial, vista como possibilidade de redução de custos, a inexistência de políticas de planejamento nacionais levaram municípios e estados a desenvolver uma guerra fiscal voltada à atração de investimentos industriais afetados pela elevação de custos e perda de produtividade. Não apenas com incentivos fiscais, mas também cooperativas de produção industrial foram utilizadas como tentativa de rebaixamento desses custos. O setor industrial e os mais diversos setores de serviços organizaram cooperativas com esse objetivo. Até mesmo sindicatos agiram como intermediadores na formação de cooperativas como forma de evitar o desemprego causado pelos processos de terceirização (LIMA, 2007).

Em 1995, foi criada, na UFRJ/COPPE, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular, que tinha como objetivo trabalhar com as comunidades das favelas interessadas na formação de cooperativas de trabalho, como resultado do Movimento da Cidadania contra a fome e a miséria no Rio de Janeiro. As ITCP se expandiram em diversas universidades brasileiras e se dedicaram a organizar e acompanhar a formação de cooperativas de inserção social. A atuação se dá, principalmente, em setores como reciclagem, costura, alimentação e limpeza.

Ainda na década de 1990, foram implementadas políticas municipais de geração de renda tendo as cooperativas como base, podendo ou não estar vinculadas a outros órgãos de incubação como a ANTEAG, as ITCP.

Os Fóruns Sociais Mundiais de 2001 a 2005 realizados em Porto Alegre foram um importante espaço de debate sobre economia social e solidária, que passou a abarcar diversos movimentos e formas alternativas de associação de trabalhadores e populações excluídas, desde as cooperativas de assentados do MST a programas sociais de origem religiosa ou apoiada por ela, como a Cáritas e programas diversos de geração de renda. No Fórum de 2001, os debates sobre Economia Popular Solidária e Autogestão resultaram na constituição do Grupo de trabalho de Economia Solidária, composto por diversas redes e organizações populares.

A criação da Senaes em 2003 tornou a economia solidária como política pública com apoio efetivo e mapeamento de atividades marcadas pela autogestão e que podem ser consideradas solidárias. Entretanto, o campo da economia solidária apresenta diversos dilemas em sua prática, o que permite questioná-la enquanto uma opção efetiva de renda e trabalho para populações excluídas, ou uma forma de gestão da precariedade.

10.5 A situação socioeconômica do subdistrito de Parelheiros

Localizado no extremo sul da cidade de São Paulo, o Subdistrito de Parelheiros tem 350 km² e corresponde a quase 25% do total de toda a capital. Essa área se destaca pelo grande número de nascentes e pela sua importância para o abastecimento de São Paulo. Segundo a Prefeitura, a região é responsável por 30% do abastecimento. Muitas ruas não são pavimentadas, o que gera muitos transtornos à população, muitas das vias públicas não podem ser impermeabilizadas por estarem em região de mananciais.

A população cresceu em cerca de 80% durante os anos 1990 e, atualmente, a população é estimada em 136 mil pessoas, segundo a fundação Seade, sendo que 60% delas vivem na zona rural. Comparando com as outras subprefeituras, Parelheiros é, em média, cerca de 10 vezes maior, o que justifica uma confortável densidade demográfica de 448 habitantes por km², número bem inferior à média das grandes capitais brasileiras (Prefeitura de Parelheiros).

10.6 História do condomínio habitacional Vargem Grande

O Condomínio Habitacional Vargem Grande, hoje com aproximadamente 40 mil habitantes, está inserido no subdistrito de Parelheiros. Trata-se de um loteamento clandestino ocupado no final da década de 1980 e está localizado na área compreendida pela Cratera da Colônia, local de queda de um meteorito. A

cratera foi descoberta em 1961 a partir de fotos aéreas, está localizada entre os distritos de Parelheiros e Engenheiro Marsilac, extremo sul da capital paulista, a 50 quilômetros do centro. Possui 3.640 metros de diâmetro e uma profundidade de 900 metros sendo circundada por um anel externo de 125 metros. Devido à sua importância científica paisagística e ambiental, a área foi incorporada ao Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo (RICCOMINI, 1992).

O subdistrito de Parelheiros em seu conjunto possui 35.000 hectares (24% do território do município). Está entre as subprefeituras e distritos do município de São Paulo com as maiores taxas de crescimento populacional anual, 6,0%, equiparando-se à Cidade Tiradentes, com 6,9% e Perus, com 6,4%. Apresentava uma população de 130.587 habitantes (censo de 2004), e elevada concentração de população jovem com menos de 25 anos (52%). Possui uma taxa média de mortalidade da população adulta, por 100 mil habitantes, na ordem de 215,2, o dobro da cidade de São Paulo, um dos indicadores da precariedade das condições de vida na região.

O processo de ocupação da Cratera da Colônia é resultado de um movimento popular organizado pela União das Favelas da Microrregião do Grajaú (Unifag). Trata-se de um loteamento organizado, em que a Unifag formou uma associação e adquiriu, no ano de 1988, uma gleba com cerca de 3.000 hectares de mata e demarcou 5.413 lotes de 250m². Isso ocorreu após continuadas solicitações dos moradores da favela do Grajaú, junto à prefeitura e ao governo do Estado, solicitando a construção de casas em mutirão. Dado o descaso do poder público, os moradores se organizaram, compraram uma gleba e organizaram um condomínio. Segundo o Tranquilo Morsele², que participou da formação do bairro Vargem Grande e de sua organização com a União das Favelas do Grajaú, 200 moradores se cotizaram, procuraram o Estado e a prefeitura para encontrar uma forma legal de ocupar a gleba. Durante todo o ano de 1989, buscaram os órgãos públicos, que negaram a autorização, alegando que a Região de Capela do Socorre até Parelheiros, pela lei de 1966, só poderia ter chácaras, sítios, clubes e áreas de lazer. Essa lei foi desobedecida e mais de um milhão e meio de pessoas ocuparam as terras da região.

“Em 1987, um casal de alemães, Rinsberg, vendeu uma fazenda à União das Favelas do Grajaú (Unifag). Três mil famílias vindas de bairros e favelas do sul paulistano, principalmente do bairro de Grajaú, compraram lotes de 250 metros quadrados, vendidos e parcelados em 30 meses. Foram vendidos vários terrenos para um só dono” (Entrevista de agente da Achave).

No caso de Vargem Grande, por intermédio da Unifag foi contratada uma empresa que fez a marcação topográfica, a locação das ruas, quadras e lotes, res-

2 Entrevista concedida ao jornal Causa Operária, de 25 de janeiro de 2010.

peitando as determinações da lei de 1979 que determinava o tamanho dos lotes, largura de ruas e de áreas institucionais. Em 1990, 2.700 famílias ocupavam seus lotes. A partir da ocupação, foi criada uma associação – Associação Comunitária Habitacional Vargem Grande (Achave) –, que se encarregou de realizar vários melhoramentos: em 1992 foi instalada a rede elétrica, em 1995 a coleta do lixo, em 1998 foi construído um posto policial, em 2001 foi construída uma escola ligada à rede municipal, em 2000, a rede de água, em 2007, a rede de esgoto, em fase de conclusão. Ainda segundo o Sr. Morsele, a estratégia utilizada para conquistar melhoramentos urbanos “foi ocupar, adensar e se mobilizar. Nenhum lote podia ficar vazio já que o empreendimento fora feito para morar e para quem estava pedindo socorro”.

Esse movimento em Vargem Grande se deu em um momento de ocupação de diversas áreas periféricas na cidade de São Paulo, em um contexto de redemocratização política e continuadas crises econômicas. O diferencial com relação a outras ocupações esteve em seu caráter de condomínio planejado e discutido com os ocupantes e a compra da gleba, embora considerada ilegal pela prefeitura, por estar em área de conservação ambiental. Hoje esse bairro possui, aproximadamente, 50 mil habitantes e 6 mil moradias. Entretanto, os problemas de infraestrutura e abastecimento ainda persistem.

“Hoje o bairro tem 5.413 lotes com 250 metros, 1.642 lotes divididos e 482 lotes vazios, num total de 2.932.100 metros quadrados, com, aproximadamente, uma população de 40 mil pessoas”. (Entrevista de agente da Achave, 2011).

Em Vargem Grande, também está localizado o Centro de Detenção Provisória, que abriga 1.500 presos e possui 265 funcionários. Foi fundado em 1989, no governo Quéricia, e está subordinado à Secretaria de Administração Penitenciária. Na estrutura da Secretaria, ela é uma penitenciária de trânsito carcerário, isto é, recebe os presos que estão esperando julgamento, e são encaminhados pelas delegacias da região. Esse prazo pode durar até seis meses. Segundo o Diretor do Presídio, a organização promove palestras sobre saúde, alcoolismo/drogas, paisagismo e também oferece programa de capacitação para 150 presos que participam de cursos de teatro, inglês, espanhol, alfabetização e cursos profissionalizantes.

“Vargem Grande vive a encruzilhada de sua história” (BRESSANE, 2010). Por ter crescido demais, o condomínio original está “congelado”, não pode mais abrigar construções – algo impossível de fiscalizar. O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, Condephaat, ligado ao Estado, tombou a cratera, o que dificulta a edificação de obras sociais. O bairro não está regularizado, porque a escritura original permanece em poder da Unifag, desbravadora da área, cujo grupo foi substituído pelo da Achave. As trilhas mata adentro, que poderiam ser abertas ao turismo, estão “lacradas” porque a cratera vive sob a Área de Proteção Ambiental.

Atualmente a Subprefeitura de Parelheiros possui um plano de urbanização do local onde serão desapropriadas por volta de 850 moradias localizadas em áreas de manancial.

10.7 O perfil do empreendedorismo em Vargem Grande

A análise da pesquisa quantitativa junto aos empreendimentos de Vargem Grande e do perfil dos usuários do posto de serviço bancário, assim como a análise das entrevistas realizadas junto às lideranças locais, indicam seis dimensões importantes a serem consideradas quando se pensa em geração de emprego e renda e sustentabilidade local.

Com relação aos empreendimentos pesquisados, observa-se que a totalidade dos empreendimentos se enquadra na classificação de atividade econômica comercial e serviços. A classificação dos 80 empreendimentos por ramo de atividade indicou que a atividades principais relacionam-se à alimentação, com 22 % dos estabelecimentos pesquisados, e os restantes, em torno de 10%, com exceção do ramo serviços eletroeletrônicos, que representa 5% dos empreendimentos selecionados.

Gráfico 1 – Ramos de atividades

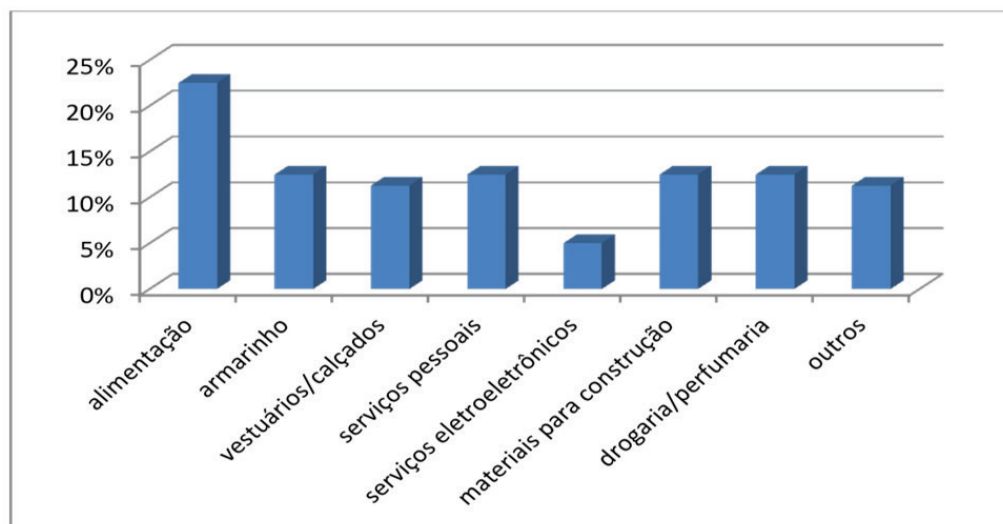
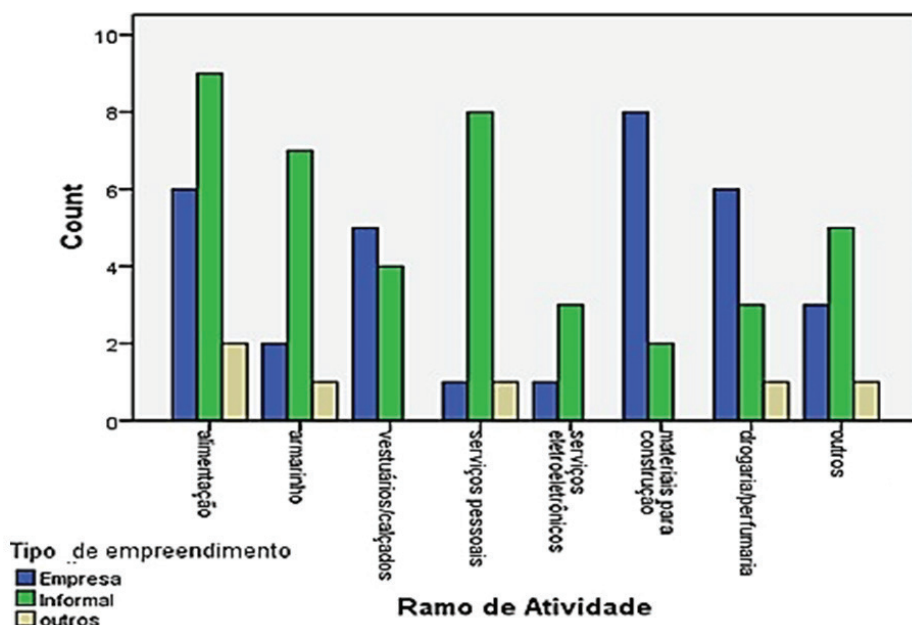
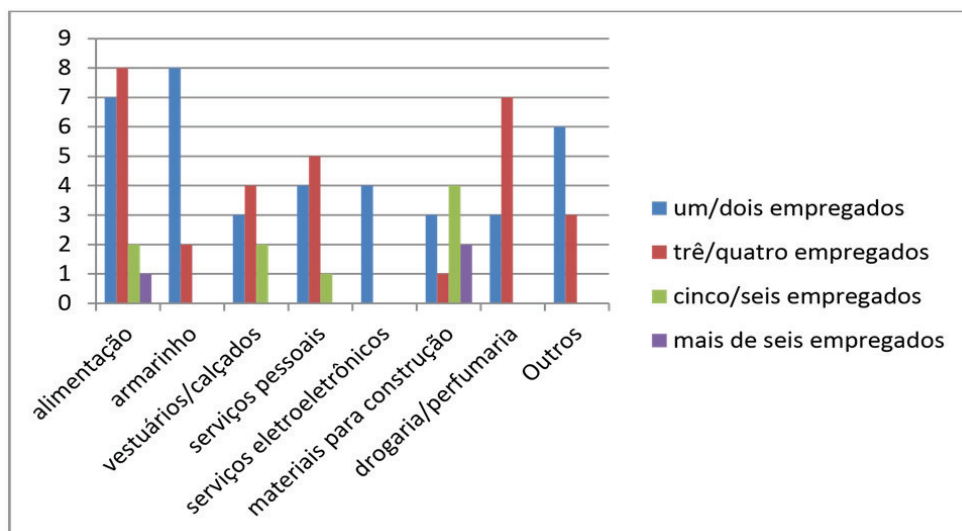


Gráfico 2 – Ramo de atividade por tipo de empreendimento

Há também o caso dos empreendimentos informais que representam 53% e que são o que a literatura econômica e sociológica chama de empreendedorismo por necessidade. As limitações à inserção no mercado de trabalho levam as pessoas a buscar uma ocupação para obter alguma renda e subsistir. A predominância de organizações informais não regularizadas predomina em relação às empresas com CPMF, indicando uma precariedade da maioria dos empreendimentos instalados.

Com relação à data de criação do empreendimento, a maioria (52%) foi criada há menos de cinco anos. No entanto, o ramo de atividade “serviços pessoais” apresenta uma duração mais longa, isto é, mais de cinco anos de exercício, reforçando a constatação anterior sobre a informalidade dos empreendimentos.

O total de trabalhadores (sócios e empregados) somam 274 pessoas distribuídas pelos 80 empreendimentos pesquisados. A grande maioria dos empreendimentos possui até seis empregados e utiliza mão de obra familiar não paga para reduzir custos como se observa no próximo gráfico.

Gráfico 3 – Ramo de atividade por número de empregados

As dimensões reduzidas dos empreendimentos e no tipo de infraestrutura se manifestam em instalações provisórias com ocupação de locais cedidos por terceiros. Trinta por cento dos empreendimentos possuem instalação própria, 68% são alugadas e 2% desenvolvem suas atividades em instalações cedidas por terceiros.

O bairro pode ser considerado como dormitório, visto que os empreendimentos locais não são suficientes para gerar emprego para a população. Os empreendimentos pesquisados empregam 274 pessoas.

Em relação aos rendimentos recebidos pelos sócios, a análise das fichas de caracterização dos usuários dos serviços oferecidos pelo posto de serviço do “olhar local” sugere que os rendimentos auferidos pela população não ultrapassam em sua maioria R\$1.000,00. A caracterização dos empreendimentos existentes aponta para as dificuldades inerentes aos pequenos negócios, instabilidade e baixa probabilidade de consolidação e sobrevivência no mais longo prazo.

Finalmente, a baixa qualificação dos moradores indicada pelo tipo de profissão da população pesquisada aparentemente induz a uma alta taxa de desemprego local, principalmente com relação à população masculina.

10.8 Considerações finais

Tendo em vista que Vargem Grande se constitui em bairro dormitório, com moradores de baixa renda e qualificação, isso se reflete nos tipos de empreendimentos existentes, indicando limites às atividades econômicas mais dinâmicas. Tal

fato também limita a indicação de propostas de empreendimentos que possibilitem um desenvolvimento local sustentável ou que ocupem a mão de obra local.

O crescimento econômico da última década e o avanço das políticas sociais distributivas, no entanto, necessitam de atividades sustentáveis que garantam empreendimentos com viabilidade econômica paulatinamente desvinculada de políticas estatais. O sucesso dos empreendimentos, mesmo que apoiados por políticas voltadas a empreendimentos solidários, tornam-nos empreendedores individuais e mesmo empresas, vinculadas ao mercado e sem, necessariamente, uma vinculação com o social ou com formas de solidarismo. Cooperativas e tipos de empreendimentos coletivos autogeridos, embora possam ser um ponto de partida, tendem a enfrentar sérios problemas de sobrevivência, se, junto com essas propostas, não vierem outras vinculadas efetivamente ao mercado que garantam sustentabilidade e mudanças culturais na direção de maior envolvimento da comunidade nos empreendimentos.

Situações como essas põem em cheque as possibilidades de desenvolvimento de cooperativas autogeridas nos locais onde estão sendo implantados os empreendimentos do “Olhar Local”. Pesquisas recentes apontam que experiências de economia solidária em empreendimentos dos setores econômicos de baixa renda se caracterizam por baixos rendimentos recebidos pelos sócios, na maioria dos casos, são inferiores ao salário mínimo. Isso agravado pelo fato de os trabalhadores não terem acesso aos benefícios padrão da CLT.

Tais dados indicam as dificuldades existentes para que os trabalhadores se fixem nesses empreendimentos, ocasionando, em consequência, instabilidade e dificuldade de consolidação e sobrevivência em longo prazo. Os valores de solidariedade difundidos pelos órgãos incubadores implicam mudanças culturais de longo prazo, tornando-se o maior desafio. Além disso, a dinâmica capitalista tende a incorporar os empreendimentos exitosos.

Em razão de todos os dados apresentados, entende-se que a metodologia para a instalação de correspondentes bancários acoplados à iniciativa de desenvolvimento local possui maiores condições de sucesso se for associada a um trabalho expressivo de capacitação da população local pelo oferecimento de cursos profissionais para jovens e adultos, mais do que a incubação de empreendimentos.

Caso a opção seja a incubação de cooperativas, torna-se necessária a realização de parcerias com universidades e entidades com expertise em incubação e que possam transferir tecnologia e estimular atividades inovadoras nos empreendimentos apoiados pelo projeto “Olhar local”.

É importante que o sindicato atrele as atividades ao setor de formação já existente na Instituição, que possui tradição e *know-how* em organização de cursos e que parcerias sejam pensadas com outras instituições com experiência em cursos profissionais, tais como Senac e outros que possuem flexibilidade para atender as diferentes demandas.

Referências

- BARBOSA, R. N. C. **Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRESSANE, R. O bairro que saiu do Cometa. **Revista Continuum**, jun.-jul. 2010. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/materiacontinuum/junho-julho-2010-o-bairro-que-saiu-de-um-cometa/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.
- Bressane, Ronaldo. “O bairro que saiu do Cometa”. *Revista Continuum*, Juno-Julho/2010. DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1995.
- DUQUE BRASIL, F. P. Território e territorialidades nas políticas sociais. In: CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. (org.). **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.
- FELTRAN, G. S. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/ Fapesp, 2005.
- _____. **Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo**. São Paulo: Lua Nova, 2010.
- JESUS, P. Desenvolvimento local. In CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- LAVILLE, J. L.; FRANÇA FILHO, G. C. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- LIMA, J. C. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, J. C. (org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo:Annablume, 2007.

- _____. **Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil.** 2010 (digi).
- MARQUES, E.; TORRES, H. (org.) **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais.** São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- MILANEZ, F. Desenvolvimento sustentável. In CATTANI, A. D (org.) **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- NUNES, D. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidaria: uma aplicação da pedagogia da participação.** São Paulo:Annablume, 2009.
- PAOLI, M. C. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, M. (org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil.** São Paulo: Marco Zero/Ildesfes, 1995.
- PONTES, C.; LIMA, J. C.; SUGAHARA, C. R. S. **Alternativas para geração de emprego e renda em desenvolvimento regional sustentável: estudo de caso do projeto “Olhar Local” em Vargem Grande região metropolitana do Município de São Paulo,** 2011. (Consultoria).
- SINGER, P. **Economia Solidária no Brasil, a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo:Editora Contexto, 2000.
- SADER, E. S. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SUGAHARA, C. R. S. **Desenvolvimento sustentável e empregos verdes no Brasil.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC-SP, 2010.
- TELLES, V.; CABANES, R. (org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo: Humanitas/IRD, 2006.

